



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 09-05-2023.

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, às dez horas e treze minutos, reuniu-se na Sala 301 das Comissões Permanentes, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Mônica Leal e Psicóloga Tanise Sabino. Em prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a vereadora Lourdes Sprenger se encontrava em Licença para tratamento de Saúde, conforme informações registradas no SEI nº 035.00052/2023-56, apregoado em Plenário. Constatada a existência de quórum o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, foi aprovada a Ata da reunião (ordinária) anterior, tendo sido dispensada a leitura da mesma. De imediato, foram DISTRIBUÍDOS, para Parecer, os seguintes processos: à vereadora Cláudia Araújo, o Projeto de Lei do Legislativo nº 112/21 (Processo nº 0311/21); à vereadora Psicóloga Tanise Sabino, o Projeto de Lei do Legislativo nº 526/21 (Processo nº 1196/21); ao vereador Aldacir Oliboni, o Projeto de Lei do Legislativo nº 027/22 (Processo nº 0057/22); e, à vereadora Lourdes Sprenger, o Projeto de Lei do Legislativo nº 134/22 (Processo nº 0258/22). Acrescenta-se, ainda, que foram lidos, discutidos e APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, no dia oito de maio do corrente, os seguintes Pareceres: nº 035/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 398/21 – Processo nº 0951/21), de autoria da vereadora Lourdes Sprenger. E, no dia oito de maio do corrente, os seguintes Pareceres: nº 036/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 505/21 – Processo nº 1152/21), de autoria da vereadora Mônica Leal e nº 037/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 016/23 – Processo nº 0040/23), de autoria do vereador José Freitas. Dando prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a pauta desta Reunião seria destinada a debater o tema “Os avanços das políticas públicas para os fibromialgicos em Porto Alegre”, e, de imediato, destacou a presença dos senhores Fávio Marcel Telis Gonzalez, diretor da Diretoria de Atenção Ambulatorial, Hospitalar e Urgências) DAAHU da Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Rosana Mayer Nardent, coordenadora Núcleo de Acesso e qualidade hospitalar (NaqH) da SMS; Heloisa Helena Campos Neri, líder da região sul e representante da Associação Nacional de Fibromialgicos e Doenças Correlacionadas (ANFIBRO); Cláudia Lisboa, coordenadora da Associação Mulheres de Fibra; Deloni Costa dos Santos, representante da Associação Mulheres de Fibra e Antônio Luís Rosenck, familiar de paciente integrante da Associação Mulheres de Fibra e demais nomes registrados na lista de presenças. A seguir, o senhor Presidente, o vereador José Freitas, comentou O vereador José Freitas destacou que essa doença causa dor crônica e intensa no corpo e em toda a musculatura, impedindo sono reparador e trazendo outros sintomas graves tais como a alteração memória, falta de atenção, quadros de depressão e distúrbios intestinais, entre outros. Comentou, ainda, sobre a lei municipal de autoria do vereador Engenheiro Comasseto que estabeleceu prioridade no atendimento dos pacientes fibromialgicos nos postos de saúde, acrescentando, ainda, que a atual gestão

da SMS teve a sensibilidade necessária para confeccionar carteirinhas para atendimento preferencial nos órgãos públicos e rede hospitalar de Porto Alegre. Por fim, comentou sobre outras questões legais e demais projetos sobre o assunto, manifestando, ainda, apoio à implantação do Centro de Tratamento de Doenças na rede pública de saúde da Capital. Na sequência, o senhor Presidente concedeu a palavra aos presentes para suas manifestações. A vereadora Psicóloga Tanise Sabino também comentou sobre a sintomatologia da doença, destacando que os casos mais graves levam os pacientes à depressão e limitam suas atividades físicas. Por fim, demonstrou respeito perante a situação de dor dos pacientes e colocou seu mandato à disposição pela busca da qualificação necessária de atendimento e outras demandas da causa. A senhora Heloisa Helena Campos Neri cobrou a implantação de políticas públicas efetivas no estado, destacando que o Rio Grande do Sul se encontra em estágio inferior em relação às regiões norte e nordeste do país que possuem orçamento menor para a área de saúde. Em prosseguimento, defendeu a realização de cursos de capacitação aos médicos e demais trabalhadores da rede municipal, para abordar de maneira mais condizente os pacientes portadores de fibromialgia. Por fim, lembrou que a doença também afeta a memória e deve ser tratada com uma combinação de terapias, alertando, ainda, que os pacientes em situação de crise muitas vezes pensam, até mesmo, em suicídio como forma radical e definitiva de erradicar a dor. Ilustrou, também, o seu caso particular de acometimento por transtorno borderline em função do seu quadro de saúde. Lamentou, ainda, o não fornecimento de remédios especiais através do Sistema Único de Saúde (SUS) para controle e tratamento da doença. A senhora Rosana Mayer Nardent comentou sobre as ações sociais promovidas pela SMS no último sábado por ocasião da entrega das carteiras de identificação dos portadores de fibromialgia, tendo havido a realização de evento musical com o intuito de proporcionar descontração e alegria naquele espaço. Comentou, ainda, sobre o projeto Viver Mais e Melhor que foi implantado há mais de dezoito meses no Município, o qual é destinado aos idosos, hipertensos, diabéticos e, também, aos fibromiálgicos. Após, defendeu a necessidade de aprovação no Legislativo de projeto para a criação do cargo de educador físico para atuação específica no sistema de saúde municipal, destacando, ainda, a implementação de diversas outras ações por parte da SMS voltadas ao conjunto desses pacientes. Por fim, defendeu destinação de maior volume de recursos financeiros e destinação de emendas parlamentares para implementação de novas políticas públicas a esse seguimento de pacientes, até mesmo, para impressão de material gráfico voltados à divulgação de ações relacionadas à causa. O senhor Fávio Marcel Telis Gonzalez também lembrou que a doença acaba afastando as pessoas do seu ambiente de trabalho, amigos e familiares, necessitando acompanhamento médico continuado para a estabilização do quadro de saúde. Lembrou, ainda, que a enfermidade atinge de forma predominante as mulheres, talvez por questões hormonais e dificuldades intrínsecas do cotidiano feminino com a responsabilidade do lar e educação dos filhos, muitas vezes sem contar com a participação da figura paterna. Em prosseguimento, defendeu a ampliação das políticas públicas e desenvolvimento de novas pesquisas científicas através do Ministério da Saúde para melhorar a qualidade de vida dos pacientes, bem como a definição orçamentária em nível municipal para a criação do Ambulatório para Tratamento da Dor já referido na presente reunião. Por fim, destacou a necessidade de empatia por parte das equipes de saúde para melhor acolher e tratar os pacientes em situação de crise decorrente de dor aguda. Saudou, também, a implantação da interoperabilidade do prontuário médico na rede municipal, onde tal medida adotada foi decorrente de conversa informal com representantes dos grupos de mulheres acometidas pela doença. A senhora Deloni Costa dos Santos reclamou das chacotas ocorridas nas UBS devido ao protocolo preferencial de atendimento aos fibromiálgicos em situação de crise, havendo nesses casos, falta de acolhimento e intervenção necessária por parte dos profissionais das unidades de saúde para justificar a situação perante às demais pessoas que aguardam por atendimento. Por fim, ilustrou dificuldades, até mesmo, no deslocamento até às clínicas para realização dos exames, enfatizando, também, a necessidade de anestesia geral na maioria dos procedimentos investigativos de saúde. E, o senhor Antônio Luís Rosenck informou ser esposo de paciente com fibromialgia e reiterou que a doença acaba afetando a vida e rotina de toda a família, ilustrando situações do cotidiano como, até mesmo, dificuldade de o paciente atravessar sozinho a rua

em situação de dor. Por fim, corroborou as situações de bullying nas UBS em situações preferencias de consultas. Acrescenta-se que, além dos convidados presentes registrados nesta Ata, pronunciaram-se, também, sobre o tema os vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Mônica Leal e a Psicóloga Tanise Sabino. Após ouvir todas as manifestações, o senhor Presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: 1) enviar Pedido de Informação ao Executivo para ciência das ações administrativas que estão sendo adotadas pela SMS voltadas à qualificação do atendimento dos pacientes portadores de fibromialgia no Município; 2) encaminhar demanda ao Ministério Público reforçando a necessidade de disponibilização de medicamentos através da rede SUS aos portadores da doença; e, 3) apoiar a implantação de melhorias nos protocolos de acolhimento aos fibromialgicos nas UBS, no sentido de priorizar seu atendimento, evitando situações embaraçosas ou constrangedoras através de capacitação dos profissionais de saúde para a correta abordagem nessa conjuntura. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às onze horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pelo senhor Presidente, vereador José Freitas.



Documento assinado eletronicamente por **José Amaro Azevedo de Freitas, Vereador**, em 24/05/2023, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Augusto Blorov dos Santos, Assessor (a) Técnico (a) de Comissão**, em 24/05/2023, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0547575** e o código CRC **72E00E2D**.